

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2021 a 31/08/2021

Indexação: “queimada” or “incêndio florestal” or “incêndio”

Documento 1/21

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:08
Publ.: DCD - 04/08/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Reinclusão do País no Mapa da Fome. Vinculação entre a morte de 500 mil brasileiros pela Covid-19, e à negligência do Governo Jair Bolsonaro no combate à doença. Responsabilidade do Governo Jair Federal pelo incêndio ocorrido no galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, Estado de São Paulo. Repúdio ao tratamento dispensado pelo Presidente Jair Bolsonaro às áreas de educação e cultura. Elevação dos índices de desemprego, bem como dos preços de alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha no País. Prioridade dada pelo Presidente da República à reeleição, em detrimento das ações de amparo e assistência à população brasileira. Intimidações do Presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Eleitoral. Reconhecimento mundial do sistema eleitoral brasileiro. Necessidade de reação dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal contra intimidações do Ministro da Defesa, general Walter Braga Neto, no tocante à realização das eleições de 2022.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil está abandonado! O Presidente da República - que recentemente, diga-se de passagem, fora da agenda do Palácio do Planalto, recebeu uma Deputada neonazista - literalmente não se sentou ainda na cadeira da Presidência: não governa. A população do País está abandonada, literalmente abandonada! Há fome. O Brasil está voltando para o Mapa da Fome. E mais de 500 mil pessoas morreram, devido à negligência deste Governo Federal.

Vejam o que aconteceu agora com a Cinemateca. É um crime de um Governo que negligencia a cultura, Deputada Alice Portugal, de um Governo que negligencia a educação, retirando recursos das universidades federais. O desemprego impera em nosso País. A carestia está aí, com os aumentos sucessivos do gás de cozinha, os aumentos da energia elétrica, os aumentos dos combustíveis, dos

alimentos. O povo está abandonado! E o Presidente só pensa em fazer campanha, só pensa em fazer bravata. O Presidente só pensa em tentar intimidar - intimidar! - as instituições.

Nós não podemos aceitar esse tipo de atitude! O Presidente, que deveria ter compostura, age, na condição de Presidente da República, como verdadeiro moleque - moleque! É uma pessoa que fica intimidando Ministros do Supremo Tribunal Federal, que intimida a Justiça Eleitoral!

Eu quero aqui parabenizar o TSE pela decisão que foi tomada ontem. Foi uma decisão corajosa. Não dá, nós não podemos mais aceitar um Presidente da República que todos os dias, Deputada Jandira Feghali, todos os dias vem dizer que não vai haver eleição no ano que vem. Vamos ver se não vai haver eleição!

E esse pessoal que foi para a rua, nessas manifestações pífias, tem que saber disto: o sistema eleitoral brasileiro é um sistema que é reconhecido mundialmente. Nunca tivemos fraudes aqui, em décadas de eleições no nosso País. Todos nós estamos aqui, e inclusive o Presidente foi eleito por esse sistema. Agora, se ele está com uma popularidade em que, de cada três pessoas, duas o rejeitam, ele está querendo criar um álibi, porque sabe que vai perder a eleição, porque não governa.

Presidente Jair Bolsonaro, cuide de governar o País, e não de ficar fazendo bravatas e picuinhas com os outros Poderes!

E eu quero pedir aqui uma atitude do Presidente desta Casa e do Presidente do Senado. O que vai ser feito? Nós vamos ficar com essa intimidação do Ministro da Defesa, que fica mandando recado de que não vai haver eleição no ano que vem? Nós não vamos aceitar intimidação!

Portanto, Presidente Arthur Lira e Presidente Rodrigo Pacheco, tomem uma atitude, como o TSE e o Supremo Tribunal fizeram ontem! O Brasil não merece esse tipo de coisa.

Peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Sumário

Arrebatamento antidemocrático do Presidente Jair Bolsonaro. Transformação do Governo Federal em balcão de negócios. Destruição do patrimônio da cultura brasileira pelo Presidente da República, a exemplo do recente incêndio ocorrido no galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, Estado de São Paulo. Fator determinante do empenho do Presidente Jair Bolsonaro na retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Ataques do Presidente da República ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Supremo Tribunal Federal, aos democratas, à sociedade e à história democrática brasileira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Quero cumprimentá-lo, Presidente Gilberto, que sempre dá uma boa energia para nossas sessões, e cumprimentar todos e todas, na volta desse pequeno recesso da Câmara dos Deputados.

Neste pequeno período de recesso do Plenário da Casa, nós vimos acontecer muita coisa, e uma nos chama a atenção: não arrefeceu o ímpeto antidemocrático do Presidente da República. A verdade, ao que parece, é que, diante de tantas evidências, o seu Governo é um balcão de negócios, é um indutor da morte do povo brasileiro e um destruidor do patrimônio da cultura brasileira, como foi o recente incêndio da Cinemateca Brasileira, que dói na alma de quem ama o povo, a sua história e a sua cultura.

De alguma forma, a cada vez que a pesquisa demonstra que a sua popularidade cai e que o povo brasileiro vai desacreditando das suas falas e da sua conduta, ele busca alguma bandeira para tentar costurar o que lhe resta de base. Parece-me que ele se agarra a essa questão do chamado voto "auditável" - entre aspas - ou voto impresso, independentemente dos resultados que se darão no Parlamento brasileiro. E todo mundo sabe, a cada apuração que fazemos, que aqui a votação não será positiva. Não é uma votação com possibilidade de aprovação no Congresso Nacional. E ele não só se agarra a isso como agride o Parlamento, agride o Tribunal Superior Eleitoral, agride o Supremo Tribunal Federal, agride os democratas, agride a sociedade brasileira e agride a nossa história democrática brasileira.

O povo brasileiro precisa ter a informação exata. O que este Presidente quer não é, de fato, uma eleição legítima. O que ele quer é criar uma dimensão política de deslegitimar as eleições. O que ele quer é criar argumentos para poder nublar a sua derrota, que se aponta para as eleições de 2022. O que ele quer, na verdade, é dizer que a urna eletrônica vai virar uma impressora de voto, não é para votar. E os votos serão apurados por 1 milhão e 800 mil mesários, em 500 mil sessões, transportados por agentes de segurança, transportados em

carros. Isso é ridículo!

Então, não é possível que encaremos uma proposta como essa como algo sério, que não seja uma tentativa de golpe à democracia brasileira. Mas não passará! Nós resistiremos, Deputado Gilberto, Presidente desta sessão, porque a democracia brasileira é mais forte. E o Brasil é maior do que essas tentativas de ópera-bufo que este Presidente da República tenta implantar no Brasil. Ele certamente - e pelo nosso esforço - pararia antes o seu Governo, e vai parar se o esforço e a pressão foram suficientes para isso.

Muito obrigada.

Documento 3/21

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-14:36
Publ.: DCD - 04/08/2021 - MARÍLIA ARRAES-PT -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desestruturação do Estado brasileiro pelo Presidente da República. Ocorrência de incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, Estado de São Paulo. Aposição, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do Veto Total nº 41, de 2021, ao Projeto de Lei nº 6.330, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.656, de 1998, (Lei dos Planos de Saúde), com vista à ampliação do acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral, pelos usuários de planos de assistência à saúde. Pronunciamento do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, em cadeia nacional de rádio e televisão, a favor da privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Impacto da desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS sobre as tarifas de energia elétrica. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MARÍLIA ARRAES (PT - PE. Sem revisão do orador.) -
Obrigada, Presidente, Deputado Gilberto.

É uma alegria estar aqui de volta, infelizmente, com notícias não tão boas. Nós estamos vivendo um momento difícilíssimo no País, em que o Presidente é uma indústria de agendas negativas na saúde, na cultura, em diversas áreas. Mas a agenda principal da Presidência da República é o desmonte do Estado nacional brasileiro, o empobrecimento cada vez maior do nosso povo.

Nós já vimos o incêndio da Cinemateca. Nós já vimos o veto ao projeto que permitia o tratamento em casa dos pacientes com câncer, pagos

pelos planos de saúde.

E agora, nós vimos um Ministro, em rede nacional, fazer a defesa de uma pauta do Governo, a de privatização dos Correios, que vai impactar diretamente na vida das pessoas, inclusive porque desistiram de vender aos poucos, de colocar os Correios no mercado de capitais. Simplesmente resolveram entregar 100% dos Correios em um leilão, muito provavelmente a preço de banana.

É de uma tristeza muito grande tudo isso que está acontecendo.

Nós vimos recentemente o País se desfazer da ELETROBRAS, o que vai impactar na conta de luz de todos os brasileiros e brasileiras, vai impactar nos custos da produção. E agora se desfaz dos Correios, que prestam um serviço de extrema relevância pública. Nós vemos vacinas serem transportadas pelos Correios. Nós vimos documentos oficiais sigilosos transportados pelos Correios, que levam mercadorias, encomendas, correspondências a lugares que nem imaginamos e que provavelmente a iniciativa privada não vai ter interesse em servir porque não dão lucro, mas isso gera desenvolvimento, gera qualidade de vida.

Então, companheiras, companheiros, colegas Deputados, é muito importante que pensemos no País, que não sucateemos o que temos de público para entregar ao privado para explorar e, assim, cada vez mais tirar direitos dos brasileiros e das brasileiras. Além disso, os milhares de funcionários dos Correios estão sem notícias do destino que vai ter a sua vida, dedicada a servir ao povo brasileiro.

Portanto, colegas Deputados, colegas Deputadas, precisamos dizer "não" a este desgoverno, que mostra cada vez mais que já acabou. Só falta, de fato, sair. Fora, Bolsonaro!

Documento 4/21

60.2021.B	Sessão Outro Evento	03/08/2021-15:04
Publ.: DCD - 04/08/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Fator determinante do empenho do Presidente Jair Bolsonaro na retomada do voto impresso nas eleições brasileiras. Cancelamento, pelo Governo Federal, de contratos de distribuição de medicamentos essenciais à população brasileira. Defesa da rejeição do Veto Total nº 41, de 2021, aposto ao Projeto de Lei nº 6.330, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.656, de 1998, (Lei dos Planos de

Saúde), com vista à ampliação do acesso a tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral, pelos usuários de planos de assistência à saúde.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, é lamentável ver um Presidente da República tão empenhado na volta do voto impresso no Brasil. Ele é um político que sempre se elegeu e teve seus filhos eleitos com o voto eletrônico e nunca reclamou.

Mas o Presidente sabe que o voto eletrônico é seguro. Na verdade, ele sabe que vai perder as eleições e já está preparando o campo para fazer mais confusão em 2022.

Todos também sabem que Bolsonaro está com essa insistência como uma distinção.

Com esse movimento, ele mantém os fanáticos ocupados e tenta desviar as atenções do desastre que é o seu Governo.

Sr. Presidente, durante as 2 semanas que passamos de recesso na Câmara, o Governo Bolsonaro continuou com várias maldades. Entre elas, está o cancelamento de contratos que garantiam a distribuição de 19 tipos de remédios para o povo. Dentre os medicamentos, estão remédios para tratamento de diabetes, transplante e câncer.

Bolsonaro também vetou o projeto aprovado no Congresso que obriga planos de saúde a fomentar remédios para tratamento de câncer em casa. Esse projeto beneficiaria mais de 50 mil pacientes com câncer, que poderiam tomar medicamento 48 horas depois da indicação médica. Mas Bolsonaro vetou o projeto, alegando que isso iria fragilizar os planos de saúde.

É assim que este Governo age. Vamos derrubar esse veto. Ele não pensa no povo nem nas pessoas que estão sofrendo, lutando contra a morte. É um governo voltado para o capital privado.

Sr. Presidente, solicito que este registro seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Publ.: DCD - 04/08/2021 - SERGIO SOUZA-MDB -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, senhoras e senhores, nós estamos votando hoje um dos projetos mais importantes para o Brasil.

Estamos acostumados a ver no noticiário internacional e no noticiário brasileiro a informação de que o Brasil promove a destruição da floresta e as queimadas. E digo a V.Exa., Presidente, que isso ocorre quase na totalidade de forma ilegal.

É de forma ilegal porque o agricultor, o produtor rural brasileiro não tem o título da terra - e nós estamos falando de 1 milhão de pequenos e médios produtores no Brasil que não têm título de propriedade da terra, por isso a importância da regularização fundiária - ou é ilegal porque realmente se comete o crime ambiental.

A regularização fundiária trará para a legalidade 1 milhão de famílias de agricultores do Brasil, por isso a importância de nós votarmos hoje este projeto.

Documento 6/21

61.2021.B

Sessão Outro Evento

04/08/2021-15:40

Publ.: DCD - 05/08/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Retrocesso da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária. Incentivo às queimadas, aos desmatamento e à invasão de terras indígenas na Amazônia, diante da desestruturação dos órgãos de fiscalização de crimes ambientais. Situação de abandono dos agricultores familiares do interior do Estado do Amazonas. Aumento das tarifas de energia elétrica, suspensão do Programa Luz para Todos e dos serviços de Internet nas regiões interioranas. Atraso socioeconômico da região amazônica. Descaso do Governo Federal para com os amazônidas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, boa tarde.

Primeiro, eu queria lamentar a aprovação nesta Casa do projeto de lei da grilagem, um projeto que regulariza a ocupação indevida de terras públicas e facilita o desmatamento ambiental. Foi um grande retrocesso a aprovação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020. Isso é praticamente um sinal verde para a derrubada da mata, principalmente na Região Amazônica.

Nós estamos vendo o Governo Federal promover o desmonte da estrutura pública das instituições de fiscalização e de combate aos crimes ambientais. Isso facilita e incentiva as queimadas, o desmatamento na Amazônia e também a exploração de terras indígenas em outras áreas públicas, o que nós não aceitamos. Isso vai gerar um grande impacto, e a desculpa de regularizar terras de pequenos agricultores facilita a vida daqueles criminosos ambientais.

Nós já temos uma legislação, além do Terra Legal, que pode muito bem ser utilizada para regularizar as terras de pequenos agricultores em áreas da União, facilitar a vida deles e apoiar a produção. Portanto, é um grande e lamentável retrocesso essa aprovação na Câmara dos Deputados.

Em relação à situação dos agricultores familiares, estou fazendo uma série de visitas ao interior do Amazonas. No recesso, conseguimos visitar algumas áreas onde o INCRA tem assentamentos, como é o caso da Vila Amazônia, em Parintins. Os agricultores estão literalmente abandonados. O Governo atual, desde o golpe de 2016, simplesmente parou de ajudar os agricultores. As estradas estão abandonadas. Não há apoio para o escoamento da produção e para o transporte escolar. As estradas estão inviáveis inclusive para a circulação de veículos. Então, o prejuízo é muito grande e é um sofrimento para todas essas populações.

Além disso, o programa Luz para Todos parou também, e a tarifa de energia aumentou. Há comunidades sem energia, sem Internet. Não há investimento para garantir acesso à Internet. É um atraso econômico e social o que estamos vendo na Amazônia e no Brasil.

Diante dessa realidade do nosso Estado, vemos que simplesmente sumiu o Governo Federal, é como se nós não o tivéssemos mais. Aliás, se ele não existisse, seria até melhor, porque as ações hoje do Governo Federal prejudicam a população da Amazônia, os indígenas. Todos os dias acontecem ameaças às terras indígenas, aos direitos dos povos indígenas.

Não dá para aceitar isso. O povo quer "Fora, Bolsonaro!", quer mudança. Por isso, o Lula está tão bem nas pesquisas, porque foi ele quem promoveu avanços sociais na Amazônia.

Gostaria que o nosso discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 7/21

61.2021.B	Sessão Outro Evento	04/08/2021-15:56
Publ.: DCD - 05/08/2021 - SIDNEY LEITE-PSD -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância da regularização fundiária para combate ao desmatamento e às queimadas na região amazônica. Ampliação do debate sobre a pretendida privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, nós votamos uma matéria muito importante, principalmente para nós da Amazônia.

Na Amazônia, avança-se no desmatamento, sem que haja CPF ou CNPJ. Há dificuldade de homens e mulheres que ali trabalham, que lutam para produzir, terem acesso à titulação da sua propriedade. Esse avanço representa uma conquista não somente para quem trabalha na agropecuária na Amazônia, mas também para a floresta. Se avançarmos na regularização fundiária, inverteremos essa lógica do desmatamento e da queimada.

Não é verdadeiro quando se diz que regularizar a terra fará avançar o desmatamento. É falso. Não é verdadeiro. Tem que se conhecer a realidade de quem vive na floresta, de quem vive nos beiradões, de quem convive com essa realidade.

Sr. Presidente, considerando-se as áreas urbanas, mais de 97% do Estado do Amazonas está preservado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui com a pauta da privatização dos Correios, um serviço essencial para o povo brasileiro. Eu entendo que nós precisamos aprofundar esse debate. Não é porque os Correios, neste momento, têm problemas e dificuldades na sua gestão que a solução seja a privatização pura e simples. Nós temos ene questões que precisam estar claras e

precisam estar no projeto, como a garantia da entrega para o Brasil profundo, como é o caso da Amazônia, com mais de 5 milhões e meio de quilômetros quadrados, a garantia de que as correspondências cheguem ao homem e à mulher do interior da Amazônia, como também do Nordeste.

Nós precisamos avançar nesse debate no sentido de construir alternativas, como até abrir para a capitalização ou avançar na gestão dessa empresa. É temerário que, para uma ação dessas, que pode gerar inúmeras dificuldades para milhares de brasileiros, nós tenhamos que tomar uma decisão sem um amplo debate, sem discutir de forma aprofundada. Que isso não seja, na busca de uma solução, um grande erro, prejudicando as pessoas e quem também exerce atividade econômica.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Solicito que a minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 8/21

62.2021.B	Sessão Outro Evento	05/08/2021-09:04
Publ.: DCD - 06/08/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alerta do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a respeito da ameaça de transformação ecológica da Amazônia em larga escala, em face de desmatamentos, queimadas e mudanças climáticas, com impacto no contexto mundial. Adoção, pelo Governo Federal, de ações efetivas para contenção de desmatamentos na região amazônica.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o nosso pronunciamento na manhã de hoje chama a atenção para o que vem acontecendo com a Amazônia, no nosso País.

O desmatamento, as mudanças climáticas e os incêndios ameaçam colocar a Amazônia no caminho de uma transformação ecológica em larga escala, com impactos para todo o planeta. O alerta faz parte de documentos internos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças

Climáticas.

Chamamos atenção neste momento, Sr. Presidente, para o fato de que a cada ano os nossos verões estão mais quentes. No Brasil, a temperatura no verão tem aumentado em vários Estados. Tivemos neste ano um inverno gelado no Sul do país. O que nós podemos fazer pensando nas futuras gerações? Acredito que o Presidente Bolsonaro está perdendo uma grande oportunidade com temas relevantes no âmbito nacional e mundial e que não assumiu até o momento as responsabilidades do Governo. Nós temos que pensar nas gerações que estão vindo por aí. O que nós queremos para o futuro do nosso País? O que será da nossa agricultura se no Sul e Sudeste do País reduziu o volume de chuvas? O que acontecerá com a produção agrícola deste imenso País?

Está na hora de o Governo Federal assumir responsabilidade por esses temas importantes do nosso País! Não é possível ficarmos vendo o desmatamento avançando mensal e anualmente, colocando em risco, à beira de um colapso, a produção do nosso País. Nós temos terras suficientes para continuar aumentando a nossa produção sem nenhuma necessidade de desmatamento. Precisamos investir mais em tecnologias e cuidar do nosso ecossistema, cuidar da nossa natureza, cuidar da nossa Amazônia, cuidar do nosso Cerrado. É assim que nós temos que pensar para o futuro das próximas gerações.

Sr. Presidente, peço que o nosso pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 9/21

67.2021.B	Sessão Outro Evento	18/08/2021-14:20
Publ.: DCD - 19/08/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Devastação do meio ambiente brasileiro. Segregação de alunos deficientes pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Posicionamento do titular da pasta educacional contrário à universalização do ensino superior. Indignação do orador com o anunciado leilão do Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com o patrimônio cultural brasileiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje quero falar do seguinte tema: o Governo de Bolsonaro e Guedes é a destruição do Brasil.

Nós sabemos da destruição da área ambiental, das estruturas, da queima da Amazônia e do Pantanal. Nós sabemos da destruição do Ministério da Educação, porque ouvimos o novo Ministro falar que poucos devem chegar à universidade e que pessoas com deficiência atrapalham o aprendizado dos outros. Esse é o Ministro da Educação do Brasil. E eu quero me referir a isso. Temos no Ministério da Cultura um franco-atirador, um pistoleiro que não se importou com a queima da Cinemateca.

Hoje nós temos a notícia do leilão do Palácio Capanema, um manifesto de modernidade ética e estética do Brasil, como disse Cristina Serra, na *Folha de S. Paulo*. Só para se ter uma ideia, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Burle Marx, Cândido Portinari, com seus afrescos e tal, Bruno Giorgi, Celso Antônio Menezes, arquitetos, escultores e paisagistas fizeram aquela beleza de prédio, que é um patrimônio tombado pelo IPHAN em 1948. Ele entrou na lista para ser leiloado no feirão do Guedes, para conseguir uns caraminguás para pagar juros da dívida pública. Ou seja, é um País que quer apagar a memória, a história, que não quer se reconhecer. Isso é um patrimônio do povo brasileiro. Quem conhece o Rio de Janeiro sabe que onde era o Morro do Castelo foi erguido esse prédio, que tem 16 andares, pilotis, jardins suspensos, além dos principais talentos do Brasil que se juntaram numa imensa simbologia, em que Carlos Drummond de Andrade, talvez o maior poeta do Brasil, transitou por 30 anos como chefe de gabinete de Gustavo Capanema.

Nós queríamos aqui não só fazer um apelo, mas pedir que o Brasil inteiro se junte em resistência contra esse atentado ao patrimônio cultural brasileiro e à vida do Brasil.

Documento 10/21

92.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/08/2021- CD	13:52
Publ.: DCD - 20/08/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 4.206, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 9.605, de 1998, relativa às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, com vista à proibição de tatuagens e piercings em cães e gatos com fins estéticos. Congratulações à organização não

governamental Adotaí, sediada em Salvador, Estado da Bahia. Regozijo com a decisão final da interpelação da Secretaria Nacional de Cultura, pela recusa de financiamento do Festival de Jazz do Capão, na Chapada Diamantina. Ocorrência de incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, Estado de São Paulo. Queda das dotações orçamentárias da cultura nacional.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me dirigir ao Relator e ao Deputado Fred Costa para dizer que o projeto é meritório e que esta Câmara dos Deputados tem avançado sobremaneira em relação à legislação da proteção animal. Sem dúvida, a presença do Deputado Fred entre nós é uma presença estimulante nessa direção. Acredito que a sociedade melhora quando redefine parâmetros de tratamento animal.

Nós aprovamos, até demos o O.k. ao projeto, mas também aprovamos esse destaque, porque vai sendo feito um processo de transição e indução à garantia de bons tratos, de boas práticas, de superação de práticas antigas, de superação de determinadas ações consideradas esportivas, que, na verdade, levam à morte, ao sofrimento do animal. Acredito que é um processo de avanço sequenciado, compreendemos as razões, mas é importante que demarquemos para frente cada vez mais a intenção e a orientação das boas práticas.

Eu quero deixar aqui os meus parabéns e dizer que estamos muito satisfeitas com isso. Eu própria sou alguém que me dedico à questão animal, crio animais desde criança, sou uma cuidadora voluntária que ajudo organizações, da forma como posso ajudar. E acho que nosso próximo passo é criar uma rede de proteção com políticas públicas para proteção animal, o que é muito importante.

Eu quero aproveitar e abraçar a ONG Adotaí, que funciona aqui no Estado da Bahia, com sede em Salvador, em nome da sua dirigente Alexandra. A Adotaí faz um trabalho esplêndido exatamente de receber o animal de rua, tratá-lo com a ajuda de cuidadores voluntários - e eu não faço política com esses afetos -, e, ao mesmo tempo, fazer um trabalho de fotografar o animal já em bom estado e oferecê-lo para adoção. São casos de enorme sucesso.

Portanto, nós vamos ter que avançar nessa direção.

Quero sempre estar à disposição de todos aqueles que abraçam a causa animal.

Sr. Presidente, finalizo dizendo que, como Presidente da Comissão de Cultura, nós tivemos uma grande vitória, no dia de ontem. Nós recebemos a decisão final da interpelação da Secretaria Nacional de

Cultura, na verdade, que negou a realização do Festival de Música do Capão, dizendo que música boa não era esse tipo de música. No Capão, aqui na Chapada Diamantina, realiza-se um festival de jazz todo ano. Eles fizeram a captação e foi negada simplesmente pela FUNARTE a liberação do recurso. Infelizmente, foi obstruído o processo da realização do festival.

Então, nós estamos a festejar isso.

Entendermos que é necessário, cada vez mais, fazermos o debate sobre a cultura, como muito bem a Deputada Jandira Feghali abordou no início da tarde. Já temos novas indicações de problemas estruturais em organismos culturais brasileiros.

Perdemos um galpão da Cinemateca, com prejuízos ainda incalculáveis. Estamos agora vivenciando com a FUNARTE mais uma indicação de problemas estruturais. Os orçamentos caíram vertiginosamente. O Orçamento do IPHAN, por exemplo, foi o Dia do Patrimônio foi anteontem...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Esse é o meu protesto em relação à desativação da estrutura cultural brasileira.

Obrigada, Presidente.

Documento 11/21

69.2021.B	Sessão Outro Evento	24/08/2021-14:44
Publ.: DCD - 25/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contestação ao discurso proferido no plenário sobre a concentração de terras pelos povos originários. Saudações às lideranças indígenas presentes no Distrito Federal. Participação do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Convivência da Casa com a legalização de crimes ambientais.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente General Peternelli, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu quero responder ao primeiro orador do Pequeno Expediente de hoje, que afirmou que 14% do território brasileiro está nas mãos de 0,25% da população brasileira, dos povos indígenas.

Deputado Fábio Trad, talvez nunca tenhamos nos perguntado a respeito de quanto de terra está nas mãos dos mil, talvez, grandes latifundiários deste País, desses que recebem recursos públicos. Todos sabem que é o Brasil que financia essa agricultura brasileira. Basta olharmos os subsídios que existem.

Há pessoas que não entendem que depende do território a sobrevivência dos povos indígenas, a sua reprodução natural e cultural. Eles, que são a população originária deste País, têm outra forma de relacionamento com o território.

Quero saudar os milhares de lideranças indígenas que estão em Brasília neste momento para lutar pelo seu território, para lutar pela sobrevivência do seu povo, que é tão fundamental.

Quero agora dizer, Sr. Presidente, que recebemos hoje na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Ministro do Meio Ambiente. É verdade que o novo Ministro não tem o perfil cínico e desrespeitoso do seu antecessor, Ricardo Salles, que está tendo que explicar à Polícia Federal as suas ações quando estava à frente do Ministério do Meio Ambiente. Assim como Ricardo Salles, Joaquim Leite teve muito pouco a dizer. Afinal de contas, assumiu o cargo com a missão de continuar a política que defende a desestruturação da fiscalização ambiental, o negacionismo ambiental, o negacionismo referente às mudanças climáticas, a omissão quanto aos problemas das queimadas nos biomas brasileiros, que neste ano, de novo, foram mais intensas do que as do ano passado.

Nós fizemos o alerta e inclusive acionamos o Judiciário, porque o Governo Federal não agiu de maneira preventiva, não se organizou para enfrentar as queimadas, que agora estão queimando todos os biomas.

O que estamos vendo, infelizmente, com o patrocínio desta Casa, e foi reafirmado pelo Ministro, é a estratégia de reduzir as estatísticas dos crimes ambientais da pior forma, legalizando o que é crime hoje. Aqui na Câmara, afirmar que os índices caíram? Afinal de contas, a prática criminosa passou a ser legalizada. Isso é uma espécie de maquiagem institucional para auxiliar os criminosos ambientais.

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

94.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/08/2021-17:04
Publ.: DCD 25/08/2021 -	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, do Poder Executivo, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas que estão nesta Casa, este PL, que é nominalmente chamado de "PL do Fogo", trata do manejo sustentável do fogo nos biomas brasileiros.

Sabemos que a maioria dos nossos biomas hoje está ardendo em chamas, de São Paulo a Mato Grosso, do Rio Grande do Sul ao Acre. Há fogo, incêndio no Pantanal, na Caatinga, no Cerrado, na Floresta, na Mata Atlântica.

Temos um projeto nesta Casa sobre o manejo do fogo, que foi apresentado por técnicos do Ministério do Meio Ambiente em 2018. Esse manejo foi discutido em diversas Comissões, inclusive na Comissão que eu tenho a honra de coordenar hoje - e estou vendo daqui o Deputado Nilto Tatto e os demais Deputados -, comporta por 22 Parlamentares de diversos partidos. Nós tivemos a condição de nos debruçarmos sobre este PL e de ouvirmos entidades, tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar e da ciência, que puderam falar sobre este tema.

Vimos outro dia uma reportagem, no programa *Fantástico*, da TV Globo, em que disseram que o Brasil tem um projeto de lei tramitando nesta Casa que daria condições, nos biomas brasileiros, de haver orientações sobre como manejar fogo e que nós ainda não tínhamos votado esse projeto.

Quero agradecer ao Presidente Arthur Lira, com quem conversei esta semana. Quero agradecer a outros vários Deputados com quem conversamos. Agradeço ao Deputado Neri Geller, de Mato Grosso, com quem conversamos também. Todos sentem a necessidade de darmos uma resposta a partir desta Casa, trazendo para este plenário

um projeto de lei que vai dar a estrutura necessária para que, em todos os quadrantes deste País, na sua forma diferenciada, haja regulação, para que, quando e como ateam fogo em alguma coisa, não prejudiquem o meio ambiente. Você ainda tem uma área para queimar, de forma orientada? Aquele bioma permite? Em que estação do ano, em que momento do ano, com orientação técnica, pode-se fazer? É isto que o PL traz: ele orienta o Brasil inteiro, os biomas diferentes, integrados mas diferentes. Nós podemos transformar, neste plenário, e dar ao Brasil uma legislação que permita uma ação diferenciada na queima sustentável em nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, peço a todos que acompanhem esta urgência muito interessante, muito necessária no atual momento do País.

Muito obrigada.

Documento 13/21

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 24/08/2021 -
	CD	17:08
Publ.: DCD - 25/08/2021 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, do Poder Executivo, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Caros colegas Parlamentares, é mais do que necessária e urgente a aprovação deste projeto de lei. Nós precisamos de uma política pública para o manejo do fogo. Ano passado, vivemos uma situação dramática em todos os biomas. Foram batidos recordes de focos de incêndio. Neste ano, até este momento, já ultrapassamos a quantidade de focos de incêndios em todos os biomas que vimos no ano passado. Então, nesta situação, é urgente o posicionamento desta Casa, do Parlamento, para ajudar na criação de uma política pública para o manejo e, assim, para o controle dessas queimadas. É desesperador assistir, em São Paulo, a quase 80% do Parque do Juquery ser queimado, como ocorreu no fim de semana.

O PT...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 14/21

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021- CD	17:12
Publ.: DCD - 25/08/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, do Poder Executivo, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto trata da questão do manejo do fogo, e nós vivemos no Brasil um período dramático no que diz respeito a incêndios. São incêndios na Amazônia, no Bioma amazônico, são incêndios no Pantanal, é todo um bioma sendo atingido. Vivemos uma realidade drástica. Aliás, o mundo vive isso, porque os incêndios estão ocorrendo no mundo inteiro, mas temos que cuidar da Pátria amada Brasil.

Para tanto, há que se promover ações, reações, atitude, conservação, preservação. Ou seja, deve haver organização. Primeiro, para evitar o incêndio, e, em seguida, para fazer o combate ao incêndio e preservar a nossa flora, a nossa fauna, a nossa água, os nossos mananciais, os nossos rios, enfim, proteger aquilo que é o patrimônio imaterial, real, verdadeiro: a flora, a fauna e os bens do nosso País.

Por isso, votamos "sim", Presidente.

Documento 15/21

94.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/08/2021- CD	19:12
Publ.: DCD - 25/08/2021 - BIA CAVASSA-PSDB -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Retomada dos incêndios e queimadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Decretação de situação de emergência no Estado diante do agravamento das queimadas. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 3.001, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à obrigatoriedade da criação, nas municipalidades brasileiras com maiores índices de queimadas, de brigada permanente de combate a incêndios florestais; e do Projeto de Lei nº 1.974, de 2020, a respeito da ampliação da pena imposta ao crime de incêndio em matas ou florestas. Destinação de recursos orçamentários ao Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - PREVFOGO, para compra de embarcação necessária ao enfrentamento às queimadas.

A SRA. BIA CAVASSA (PSDB - MS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o motivo que me traz aqui hoje a esta tribuna são as manchetes de jornais do meu Estado do Mato Grosso do Sul, na última semana, a respeito das queimadas. Eu posso aqui citar algumas: *Cidade pantaneira é tomada por incêndios e prefeitura pede ajuda federal; Fogo consome 261,8 mil hectares do Pantanal em 2021; Área devastada por incêndios no Pantanal já se aproxima de recorde do ano passado; Seis pontes de madeira no Pantanal de MS foram destruídas por incêndio.*

Senhoras e senhores, como podemos observar, é fogo para todo lado. Estamos vivendo um clima extremamente seco e muito favorável aos incêndios florestais, o que impacta diretamente a nossa economia, a agricultura, a comunidade indígena, a vida dos nossos ribeirinhos e, principalmente, a saúde do nosso povo sul-mato-grossense.

Estamos vivendo uma mistura de estiagem, altas temperaturas, queda de umidade relativa do ar, talvez uma das maiores que já tivemos. Nosso bioma está em chamas, e o fogo destrói a fauna, a flora e tudo o que vê pela frente.

Enquanto estamos aqui, nosso Pantanal arde. São várias frentes de trabalho na tentativa de conter os focos, e as cidades que mais sentem essa situação adversa são Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Bela Vista, Água Clara e Três Lagoas, onde o nosso Estado já decretou situação de emergência desde o mês de julho.

No fim da semana passada, Corumbá, a cidade onde eu nasci, cresci e pela qual tenho muito amor, teve que pedir ajuda ao Governo Federal para combater as queimadas em nosso Pantanal. O fogo aproximou-se de áreas habitadas, deixando a cidade encoberta pela fumaça e cheia de fuligem. Sabemos que muito se deve à imprudência, mas a polícia está vigilante e alerta, investigando e punindo quem ateia fogo em vegetação.

Faço um apelo, neste momento, ao Presidente desta Casa, para que nos ajude no sentido de pautar dois projetos de minha autoria que tramitam nesta Casa de Leis.

O primeiro é o Projeto de Lei nº 3.001, de 2019, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para tornar obrigatória a criação de brigada permanente de combate a incêndios florestais nos Municípios com maiores índices de queimadas no País. O outro é o Projeto de Lei nº 1.974, de 2020, que objetiva aumentar a pena do crime de incêndio em mata ou floresta. Acredito que menos flexibilizações conscientizam a população a não cometer esse crime.

O relógio é nosso inimigo. Precisamos agir por terra, ar e pelos rios.

Destinei ao PREVFOGO recursos para a compra de uma embarcação para auxiliar nesse trabalho, mas ainda é muito pouco. Precisamos avançar e investir mais em equipamentos para atender nossos bombeiros e brigadistas, para que possam agir de maneira rápida e evitar a proliferação do fogo, que é muito veloz.

Acredito que, juntos, nesse trabalho parlamentar, unindo esforços com o Governo Federal, vamos ajudar a população a enfrentar essa situação trágica que mais uma vez assola o nosso querido Mato Grosso do Sul.

Mais consciência, ação e efetividade!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que o meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 16/21

94.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/08/2021-19:40
Publ.: DCD 25/08/2021 -	EXPEDITO NETTO-PSD -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Agravamento das queimadas no Estado de Rondônia. Apelo à Defesa Civil e ao Ministério da Defesa, por adoção de ações de contenção do avanço dos incêndios no Estado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO EXPEDITO NETTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna nesta terça-feira, dia 24, para relatar o problema das queimadas que vêm afetando o meu Estado. Na semana passada, entrei em contato com o Ministério da Defesa para solicitar que, de alguma forma, eles pudessem auxiliar-nos no combate às chamas. O céu de Porto Velho está tomado por fumaça! Só ontem, registramos 462 focos de queimadas. Este número é o maior já registrado este ano e 310% maior que o do mesmo dia do ano passado. Os satélites de referência do INPE mostram que até o momento já registramos, neste mês, mais queimadas que em todo o mês de agosto de 2020. É um dado preocupante, por ser histórico nesta época do ano e, principalmente, porque ainda estamos tentando nos recuperar dos males respiratórios causados pela COVID-19.

Porto Velho, Sr. Presidente, é o maior Município de Rondônia e o que vem concentrando o maior número de queimadas. Só este mês já foram captados mais de 1,4 mil focos de calor, representando 43,6% do todo. Logo após vem Candeias do Jamari, na Região Metropolitana, com mais de 560 pontos de queimadas captados entre os dias 1º e 23 de agosto. Também foram registradas queimadas em Alto Paraíso (27); Nova União (26); Guajará-Mirim (22); Rolim de Moura (22); São Francisco do Guaporé (18); São Miguel do Guaporé (14); Ariquemes (12); Alta Floresta D'Oeste (11); Nova Brasilândia D'Oeste (11); Monte Negro (9); Theobroma (9); Cacaúlândia (8); Chupinguaia (8); Itapuã do Oeste (8); Ji-Paraná (8); Pimenteiras do Oeste (7); Seringueiras (7); Corumbiara (6); Rio Crespo (5); Cacoal (4); Espigão D'Oeste (4); Cabixi (3); Costa Marques (3); Mirante da Serra (3); Castanheiras (2); Cerejeiras (2); Jaru (2); Presidente Médici (2); Teixeiraópolis (2); Alto Alegre dos Parecis (1); Ouro Preto do Oeste (1) e Urupá (1). Apenas 10 dos 52 Municípios de Rondônia não registraram, ainda, queimadas neste mês.

Segundo informações do INPE, um foco precisa ter pelo menos 30 metros de extensão por 1 metro de largura para que os chamados satélites de órbita possam detectá-lo. No caso dos satélites geoestacionários, a frente de fogo precisa ter o dobro de tamanho para ser localizada. Até o momento deste discurso, Rondônia estava registrando 4.058 focos de queimadas pelo sistema de monitoramento rural.

Estou procurando junto à Defesa Civil e o Ministério da Defesa formas de conter o avanço desse fogo. É uma situação muito delicada para toda a população de Rondônia. Além das áreas urbanas e rurais, os incêndios também atingem áreas de preservação, como florestas nacionais, terras indígenas e áreas de conservação estaduais e federais.

Sei que não é apenas em Rondônia. Tempos atrás, o Exército utilizou um C-130 Hércules para combater o fogo na Chapada dos Veadeiros. Reforço aqui o meu pedido de ajuda ao Ministro da Defesa e aos Parlamentares, principalmente da bancada do meu Estado, para que possamos nos unir nesse propósito.

Agradeço a atenção, Sr. Presidente, e peço que este discurso seja transcrito nos Anais desta Casa e divulgado nos veículos de comunicação, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 17/21

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/08/2021-
	CD	17:00
Publ.: DCD - 26/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Violação de direitos constitucionais dos povos originários pelo Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Pedido ao Supremo Tribunal Federal, pelas lideranças indígenas, de arquivamento da proposta de adoção da tese do marco temporal na demarcação de suas terras. Retomada dos incêndios nos pantanais de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e em outros biomas brasileiros. Relato das ações da Comissão Externa destinada ao acompanhamento e promoção de estratégias de enfrentamento de queimadas nos biomas brasileiros. Pedido à Presidência de votação dos Projetos de Lei de nºs 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; 9.950, de 2018, relativo à conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal; e 4.670, de 2020, acerca da instituição da Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados - AMAR.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna, primeiro,

para agradecer ao Líder Bohn Gass, que autorizou esta fala, em nome do nosso partido, sobre um drama que o País está vivendo novamente: os incêndios no Pantanal, no Cerrado e em outros biomas do Brasil. Antes, porém, eu gostaria de fazer uma referência necessária a mais uma tentativa de ataque aos nossos povos originários, o ataque ao direito à terra no contexto da mais ampla e nociva agenda anti-indígena.

O Projeto de Lei nº 490, de 2007, que está no topo dos projetos mais ameaçadores, praticamente acaba com a demarcação de terras indígenas no País, ao tempo em que permite a violação desses territórios ao incentivar atividades econômicas com base na tese do marco temporal, quer flexibilizar a entrada de empreendimentos econômicos nos territórios indígenas e impedir novas demarcações, além de restringir os direitos previstos nos arts. 231 e 232 da Constituição da República. As entidades indígenas pedem o arquivamento deste projeto.

É ao lado dos povos indígenas, mais uma vez mobilizados na Esplanada dos Ministérios, que nós estamos.

Nós precisamos barrar essa agenda anti-indígena, que segue em pauta no Congresso Nacional, sobretudo contra o marco temporal. Os povos originários do Brasil são os verdadeiros guardiões do meio ambiente. Eles tratam a terra como se ela fosse sua mãe. A terra é o coração dos povos indígenas, e nós devemos respeitá-los. Nós chegamos aqui muito depois deles. Trata-se de povos milenares. Portanto, este é o momento de o STF dar a eles esta garantia, é o momento de o povo brasileiro reconhecer suas culturas, línguas, lutas e tradições, que não começaram em 1988.

Sr. Presidente, além deste, ocorre outro ataque absurdo ao nosso País. Há dias, o Pantanal de Mato Grosso do Sul arde em chamas, e há uma apreensão diante da potencial ampliação de queimadas em mais áreas. O Estado de Mato Grosso, nosso irmão, também está nesta situação. Nós estamos vendo a Chapada dos Guimarães, uma área do Cerrado, em chamas, assim como estamos vendo chamas em São Paulo, em todos os Estados do Brasil.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós tivemos 11 meses de intensos debates e a priorização de proposições no âmbito da Comissão Externa criada por esta Casa que se dedica a acompanhar e a promover uma estratégia nacional para enfrentar as queimadas nos biomas. Esta Comissão foi prontamente criada, no ápice do fogo do ano passado, para tratar das proposições de que falarei adiante. Nós solicitamos a atenção da Mesa, especialmente do nosso Presidente Arthur Lira, para produzirmos avanços e efetivamente contribuirmos para mitigar os impactos das queimadas e enfrentarmos as causas da

destruição.

Dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apontam que em 2021 já foram queimados 261.800 hectares do Pantanal. No ano passado, foram queimados 26% de toda a área. A maior planície úmida do mundo está encolhendo, encolhendo sem volta. Nós estamos vendo seca a planície, estamos vendo secas suas lagoas, seus animais estão morrendo. Os incêndios estão concentrados fortemente em Mato Grosso do Sul, nas cidades de Porto Murtinho e Corumbá. Porém, há registros de focos de calor também no Pantanal de Mato Grosso.

A tragédia de 2021 tem sido denunciada, desde o ano passado, pela Comissão Externa desta Casa que coordeno, junto com 22 Parlamentares, um grupo dedicado, que está extremamente preocupado com a situação. Nós fizemos mais de 30 audiências, o que nos permitiu conhecer fortemente a situação do Pantanal e dos demais biomas. Já viajamos por todos os biomas brasileiros. Viajamos pela ciência, com discussões sobre todos os biomas.

Foi debatido, Sr. Presidente, o PL 11.276/18, cuja urgência votamos ontem. Ele é chamado de "PL do Fogo". A discussão já foi feita praticamente com todos, para que possamos realmente ter ações de controle do fogo em todo o País. Também debatemos o PL 9.950/18, que dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal; e o PL 4.670/20, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados - AMAR. Estes projetos de lei vão dar sustentabilidade ao Pantanal, diminuir os impactos das queimadas e dar condições para que, no futuro, as crianças que hoje estão aqui e as que virão tenham condições de avançar e de continuar com o Pantanal à disposição da nossa população.

Nós conversamos com todas as instituições. Estavam presentes representantes dos Ministérios, das SEMAS dos dois Estados e do Exército Brasileiro, através do Ministério da Defesa.

Estivemos conversando fortemente com a ANA, com todos os órgãos, com as universidades brasileiras, que apresentam pesquisas. Todos os especialistas e técnicos de órgãos como o INPE e a ANA dizem claramente que nós estamos numa das piores situações do País.

Em resumo, não há ação concreta por parte do Governo para preservar o ambiente e combater os incêndios. Este Parlamento precisa ser muito proativo no encaminhamento de soluções. Os PLs que eu já listei aqui estão prontos para ir à votação pelo Plenário. O Presidente Arthur Lira já fez o encaminhamento do projeto do manejo do fogo. Precisamos votar o PL do Pantanal e o do AMAR.

Sr. Presidente, é insuportável vermos o País arder em chamas todos os anos. V.Exas. sabem o que é ver a maior planície úmida do mundo encolher? Sabem o que é ver nossos povos indígenas, que dão sustentação ao desenho natural deste País, serem perseguidos, e as pessoas que têm condições, que já têm grandes latifúndios, fazer campanha para que os indígenas derrubem a mata e o Cerrado e façam uma agricultura que não é própria da cultura deles? Se os indígenas assim decidirem, é direito deles, mas não é esta a decisão deles. O que vemos é garimpo em terra indígena, é mercúrio nos nossos rios. Como ficará o Pantanal se as cabeceiras estão completamente assoreadas e desmatadas? Como é que os rios voadores da Amazônia, que umedecem os outros biomas, vão continuar se temos espessas nuvens de fumaça no caminho e um quadro geral de destruição no País?

Diante disso, o Partido dos Trabalhadores, a Comissão Externa, que tem praticamente a maioria dos partidos ali representados, os especialistas desta Casa, aos quais agradeço muito, estão estudando. Além destes, temos as entidades brasileiras. Vamos ouvir o INPE, a ANA. Como pode um país deste tamanho, com as belezas naturais que temos, ficar sem água no subsolo? Nós estamos fazendo deste País uma terra arrasada!

Sr. Presidente, V.Exa. tem sensibilidade pela questão ambiental. O Pantanal Mato-Grossense e o Pantanal Sul-Mato-Grossense não suportam mais isso! O Cerrado não suporta mais esta situação! A Caatinga não suporta mais isso! A Floresta Amazônica não suporta isso! A Mata Atlântica não suporta isso! Em cada bioma, há uma situação. Por isso, nós queremos votar o "PL do Fogo", que prevê como se deve fazer o manejo controlado diante da diversidade do Brasil.

Vamos unir nossas forças! Não é o momento de ficarem dizendo que nós temos que pensar na economia. Nós temos que pensar, sim, na economia, mas numa economia sustentável, numa agricultura sustentável, numa produção com sustentabilidade. Nós queremos deixar um legado para o planeta, e este legado são condições de vida para os que aqui estão e para os que virão. É muito difícil, Sr. Presidente, para nós que temos filhos e netos olharmos para a frente e pensarmos no que vamos deixar para eles!

Aqui se discute e se diz que nós temos 60% do País ainda preservados. Não temos! Nós temos projetos para tornar o País uma terra arrasada. O que nós temos de área aberta, com melhor qualidade na produção, é suficiente para abastecer o Brasil e o mundo. Vamos fazer uma agricultura sustentável! Vamos exportar produtos orgânicos e preservar o País!

O Partido dos Trabalhadores está junto nesta ação pelo Brasil.

Muito obrigada.

Documento 18/21

95.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/08/2021-17:12
Publ.: DCD 26/08/2021 -	PAULÃO-PT -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento da Deputada Professora Rosa Neide, a respeito da retomada dos incêndios em biomas brasileiros. Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do conectivo ou, constante no inciso I, art. 7º, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2021, da Medida Provisória nº 1.047, de 2021, sobre as medidas excepcionais de aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de entrar no mérito, eu queria apresentar minha solidariedade à Deputada Professora Rosa Neide. Sem dúvida nenhuma, ela falou sobre um assunto importante não só para os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e a região do Pantanal, mas também para o Brasil e o mundo. Infelizmente, o Governo que está no comando não tem compromisso com o meio ambiente. Nós esperamos que este debate, que está ocorrendo no plano internacional, tenha ressonância para pressionar as autoridades. Foi muito importante a fala da Deputada Rosa Neide, que representa o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, o Destaque nº 4, que o PT apresenta, tem como mérito o pagamento antecipado. Repito o que eu disse em outras falas. Quando a COVID surgiu no mundo, chegando aqui mais ou menos em março de 2020, nós tínhamos como grande entrave a concentração da indústria chinesa, que controlava mais de 80% da produção de respiradores e até de máscaras. Naquele momento, nós ficamos muito dependentes das empresas. Portanto, era necessário o pagamento antecipado porque, do contrário, não chegavam os insumos necessários ou os equipamentos para combater a COVID.

Esta realidade mudou. Nós já temos um controle maior da COVID, o número de pacientes nas UTIs dos Municípios diminuiu, com um

percentual, eu diria, mais ponderado. Já podemos encontrar, numa situação de mais naturalidade, a produção de álcool-gel ou de álcool 70% e já temos um quantitativo de máscaras. Portanto, a realidade não é idêntica à do começo de março de 2020. Nós estamos em agosto de 2021.

Diante disso, nós consideramos temeroso esse pagamento antecipado. Este foi um dos motivos para a criação, no Senado, da CPI da Pandemia. Já pensaram V.Exas. a Precisa Medicamentos recebendo esse pagamento antecipado? Já pensaram, quando havia instalada no comando do Ministério da Saúde deste Governo uma quadrilha que estava fazendo um processo de propinas, se ela tivesse recebido bilhões em propinas na compra de vacinas?

A realidade que envolve este projeto é uma realidade que se modifica, especialmente porque esta Casa já aprovou projetos para dar celeridade às compras.

Portanto, eu quero pedir o apoio dos pares para que nós aprovemos o Destaque nº 4, apresentado pelo PT.

Nós encaminhamos o voto "não" ao texto, para que não se coloque nem se priorize o pagamento antecipado, que se mescla a propinas.

Muito obrigado.

Documento 19/21

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/08/2021- CD	17:20
Publ.: DCD - 26/08/2021 - CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do conectivo ou, constante no inciso I, art. 7º, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2021, da Medida Provisória nº 1.047, de 2021, sobre as medidas excepcionais de aquisição de bens e insumos e contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Impactos da ação humana sobre o aquecimento global. Publicação pela Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, de relatórios periódicos acerca dos efeitos provocadas pelo fenômeno climático no contexto mundial. Conclamação ao Presidente Jair Bolsonaro para assunção do protagonismo mundial no enfrentamento ao aquecimento global. Iminência de colapso da

matriz energética brasileira.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

O PSD orienta "sim".

Mas o que nos chama a atenção e que queremos tratar nesse tempo de Liderança do PSD, concedido pelo nosso Líder, o Deputado Antonio Brito, a quem eu agradeço, é o momento difícil que nós estamos passando, como falou há poucos instantes a Deputada que me antecedeu.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a humanidade está diante da mais concreta ameaça à vida no planeta Terra em um futuro próximo. O aquecimento global é causado pelo crescimento acelerado da emissão dos chamados gases de efeito estufa, fruto da intensificação da atividade humana ocorrida desde o início da era industrial. A boa notícia é que esse fenômeno pode ser revertido se houver uma determinação das sociedades globais com a drástica redução do uso dos combustíveis fósseis - carvão, gás natural e derivados do petróleo - e principalmente com a redução do desmatamento, das queimadas, do uso de fertilizantes e agrotóxicos. As queimadas estão a cada ano mais aceleradas no nosso País.

A péssima notícia, Sr. Presidente, é que, a despeito dos alertas cada vez mais enfáticos dos climatologistas, há uma forte resistência da sociedade global em alterar radicalmente o seu estilo de vida. As negociações intergovernamentais não têm sido tão frutíferas quanto a gravidade que o momento exige, e os avanços nas ações de mitigação do problema foram até agora insuficientes para deter a catástrofe que se avizinha das nossas portas no planeta Terra.

A Organização das Nações Unidas, por meio do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, publica periodicamente um relatório com uma síntese dos efeitos causados pelo aquecimento global no mundo inteiro. Desde que foi criado, em 1988, o IPCC já publicou seis relatórios - o mais recente foi no último dia 6 de agosto.

Este foi subscrito pelos 800 mais renomados climatologistas do mundo, entre eles 21 brasileiros. Trouxeram pela primeira vez uma quantificação do impacto da ação humana no aquecimento global.

Segundo o estudo, o planeta está mais quente em 1,09 graus, desde a era pré-industrial. A velocidade com que a humanidade está se expandindo e devorando os recursos naturais do planeta, Sr.

Presidente, é assustadora.

Desde o início do século XIX, a população aumentou em sete vezes. Nas últimas 6 décadas, o nível de consumo duplicou. Cerca de 60% dos recursos naturais já estão esgotados. Se não pararmos essa aceleração, o que vamos pensar para as futuras gerações? Para a geração que vem aí, o que podemos pensar para 2040 ou para 2050?

Será que nós seres humanos, será que os chefes dos poderes de todo o planeta não vão se conscientizar e parar para pensarem no planeta Terra, Deputado Bacelar? Será que nós não vamos parar para pensar, meu caro colega baiano Bacelar?

Se não houver uma rápida guinada na forma como a humanidade está enfrentando essas questões, nós não teremos futuro neste planeta para as gerações que estão aí.

Eu chamo a atenção do nosso Governo para isso.

Presidente Bolsonaro, V.Exa. tem o papel fundamental de conduzir ou de chamar para si esse momento difícil do planeta. O Brasil não é um dos maiores países do mundo e é onde está a maior floresta tropical do mundo? Como não chamar essa responsabilidade para V.Exa., Presidente?

Vamos pensar no futuro da nossa humanidade e das gerações que estão chegando. Nós vimos agora que o próprio Presidente acabou de publicar uma economia entre 10% e 20% dos órgãos públicos com energia elétrica. Podemos passar por um novo racionamento, e o que vai acontecer com a economia já totalmente combalida do Brasil se isso acontecer?

Está na hora, Presidente Bolsonaro. Assuma o papel de líder de um das maiores nações ambientais do planeta, que tem um ecossistema que nenhum outro país do mundo tem. Este é o momento, Presidente Bolsonaro!

As hidrelétricas estão secando. Nos últimos 4 anos, não estão acontecendo os regimes de chuva no Sul e no Sudeste do País, Deputado Bacelar.

Será que os ambientalistas ou os estudiosos estão enganados? Será que não estão certos no que estão falando? Ou será que somos nós que não queremos acreditar na catástrofe que está por acontecer nos próximos anos?

Nós já não temos mais energia hidrelétrica. A matriz energética da fotovoltaica e da energia solar ainda é muito pequena no nosso País, e

agora nós temos que continuar com as termoeletricas pagando milhões e milhões. O consumidor está cada vez pagando mais caro para ter energia elétrica nas suas residências.

Esse é o nosso chamamento. Sou um Deputado de primeiro mandato, do interior da Bahia, mas venho acompanhando de perto a catástrofe ambiental que está por vir no nosso País e no nosso planeta. Isso poderá acontecer se nós não tomarmos uma decisão, se não tomarmos uma providência e se o Presidente não assumir a responsabilidade que está nas mãos dele e marcar de forma urgente o novo pacto do clima. Pode ser no Brasil, basta que ele tenha esse entendimento com outros líderes mundiais.

Agradeço, Presidente Eduardo Bismarck, por esse instante de Liderança.

Peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Documento 20/21

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 25/08/2021 -
	CD	18:32
Publ.: DCD - 26/08/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, sobre a alteração das Leis de nºs 12.651, de 2012; 11.952, de 2009; e 6.766, de 1979, com vista ao disciplinamento de áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em regiões urbanas consolidadas.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nesta matéria, Sr. Presidente, o PSB vai ser favorável à retirada de pauta, por entender que nós estamos tratando de um projeto muito relevante. Estamos falando aqui de modificação no Código Florestal, estamos falando aqui do meio ambiente, um dos pontos mais vulneráveis hoje no cenário nacional, que tem criado dificuldade para o País, porque o Governo atual tem destruído o meio ambiente. Isso é comprovado, pelas queimadas na Amazônia, pelas queimadas no Pantanal, pelo abandono de toda a estrutura de fiscalização, pela modificação e pela destruição de toda a legislação

ambiental nesta Casa.

Por essa razão, nós entendemos que não dá para decidir uma matéria como esta de maneira açodada. Precisamos discutir com muita delicadeza e com muita profundidade. O PSB é favorável à retirada de pauta desta matéria, Sr. Presidente.

Documento 21/21

95.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/08/2021-21:32
Publ.: DCD 26/08/2021 -	- BIA CAVASSA-PSDB -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Retomada dos incêndios no pantanal sul-mato-grossense. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do Projeto de Lei nº 3.001, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à obrigatoriedade de criação, nas municipalidades com maiores índices de queimadas, de brigada permanente de combate a incêndios florestais; e do Projeto de Lei nº 1.974, de 2020, a respeito da ampliação da pena imposta ao crime de incêndio em matas ou florestas.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BIA CAVASSA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, *Cidade pantaneira é tomada por incêndios e prefeitura pede ajuda federal.*

Fogo consome 261,8 mil hectares do Pantanal em 2021; área devastada se aproxima de recorde do ano passado.

Seis pontes de madeira no Pantanal de MS são destruídas por incêndio.

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, essas foram as principais manchetes dos jornais de Mato Grosso do Sul na última semana. É fogo para todo lado, um clima extremamente seco e muito favorável aos incêndios florestais, o que impacta diretamente a economia, a agricultura, a

comunidade indígena e a saúde de nossa população. Estamos vivendo uma mistura de estiagem, altas temperaturas, queda da umidade relativa do ar, talvez uma das maiores que já tivemos.

Nosso bioma está em chamas, o fogo destrói a fauna, flora e tudo o que vê pela frente. Enquanto estamos aqui, nosso Pantanal arde. São várias as frentes de trabalho na tentativa de conter os focos. As cidades que mais sentem esta situação adversa são Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Bela Vista, Água Clara e Três Lagoas. Desde julho o Estado decretou situação de emergência.

No fim de semana, Corumbá, cidade onde nasci, cresci e pela qual tenho muito amor, teve que pedir ajuda ao Governo Federal para combater as queimadas no Pantanal. O fogo aproximou-se de áreas habitadas, deixando a cidade encoberta pela fumaça e cheia de fuligem.

Sabemos que muito se deve à imprudência, mas a polícia está vigilante e alerta, investigando e punindo quem atea fogo à vegetação.

Faço um apelo ao Presidente desta Casa: que nos ajude no sentido de pautar dois projetos de minha autoria que estão em tramitação. O Projeto de Lei nº 3.001, de 2019, altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para tornar obrigatória a criação de brigada permanente de combate a incêndios florestais nos Municípios com maiores índices de queimada no País, e o Projeto de Lei nº 1.974, de 2020, objetiva aumentar a pena do crime de incêndio em mata ou floresta. Acredito que menos flexibilizações conscientizam a população sobre não cometer esse crime.

O relógio é nosso inimigo. Precisamos agir por terra, por ar e nos rios. Destinei ao Prevfogo recursos para a compra de uma embarcação que auxilie esse trabalho, mas ainda é muito pouco. Precisamos avançar e investir ainda mais em equipamentos, para atender nossos bombeiros e brigadistas. Agindo rapidamente, evitamos a proliferação veloz do fogo.

Acredito que, juntos, nesse trabalho parlamentar, unindo esforços com o Governo Federal, vamos ajudar a população a enfrentar essa situação trágica que assola nosso querido Mato Grosso do Sul.

Mais consciência, ação e efetividade!

Muito obrigada.